

**PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E
FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO
DE BENS E MATERIAIS E CONTRATAÇÕES
DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE
COM A IN SEGES/ME Nº 65/2021
E A LEI DE LICITAÇÕES
Nº 14.133/2021**



PORTO ALEGRE/RS

VERSÃO ONLINE

CLIQUE AQUI 



12 e 13 de
dezembro



16 horas de
treinamento



**LÚCIO
COSTA**

O QUE SERÁ ABORDADO NESTE CURSO:

- Introdução a nova Lei de licitações e contratos nº 14.133/21;
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Termo de Referência, Projeto Básico ou Anteprojeto;
- Termo de Referência e
- Pesquisa de Preços;



APRESENTAÇÃO

A fase do planejamento vem sendo considerada a mais importante do processo de contratação, pois é neste momento em que se define a necessidade da administração, a escolha da melhor solução para atender o interesse público, a especificação do objeto, a forma de execução e de fiscalização do contrato, os eventos de risco que podem interferir no alcance dos objetivos estabelecidos, e também ao custo estimado da contratação.

Sobre esse último tópico – a pesquisa de mercado e estimativa de preços – foi criada a Instrução Normativa 65 de 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021.

Nesse contexto, é importante a capacitação dos servidores públicos quanto aos temas que serão abordados no presente curso - O Planejamento da Contratação e a Formação de Preços para bens, materiais e Contratações de Serviços.



PÚBLICO ALVO

Servidores públicos que trabalhem nas áreas de compras, Membros de comissões de licitação, pregoeiros, Membros da comissão de planejamento de compras, Gestores e Fiscais de Contratos, assessores jurídicos, procuradores, bem como profissionais envolvidos direta ou indiretamente nos procedimentos de licitação e contratos da Administração Pública e demais interessados no assunto.



OBJETIVOS

O curso tem como objetivo qualificar os servidores públicos envolvidos com as compras governamentais, familiarizando-os com as “novas diretrizes” estabelecidas pela legislação, notadamente o Planejamento da Contratação (Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos), bem como as orientações emanadas da Corte de Contas acerca da pesquisa de mercado e estimativas de preços para as compras e contratações públicas.



CONTEÚDO

O planejamento da contratação como novo paradigma na Administração Pública

- A importância do planejamento da contratação
- Planejamento como dever político e jurídico
- Governança nas aquisições públicas
- Planejamento da Contratação x Planejamento da Licitação



- Planejamento Estratégico Institucional: Setores requisitantes? Contratos a serem firmados? SRP ou adesões? Limites Orçamentários?
- O Plano de Contratações Anual estabelecido no Decreto nº 10.947, de 25/01/2022 e o Sistema PGC (Administração Federal)
- Portaria SEGES/ME 938, 02/02/2022 – Catálogo eletrônico de padronização.
- O rito de planejamento da Contratação nos termos da IN 05/2017: (ETP, GR, TR/PB)
- Possibilidade de supressão de etapas
- Providências iniciais
- Documento de formalização da demanda
- Indicação e nomeação da equipe de planejamento
- Atribuições da equipe de planejamento
- Estudos Técnicos Preliminares e o sistema ETP Digital estabelecido pela Instrução Normativa nº 58, de 08/08/2022
- Conteúdo mínimo dos relatórios que materializam os estudos técnicos preliminares
- Identificação da necessidade e levantamento de mercado para identificação da melhor solução existente
- Definição do objeto como solução apta a prover a necessidade da Administração
- Dimensionamento da demanda; estimativa da quantidade de serviços a contratar e do custo correspondente (a obrigatoriedade do orçamento estimado nas contratações)
- Análise e gerenciamento de riscos da contratação
- O que é análise de riscos e qual a sua finalidade nas contratações públicas?
- Atividades a serem desenvolvidas na análise de riscos
- Mapa de riscos
- Atualização do mapa de riscos
- Riscos relevantes nas contratações Públicas
- A obrigatoriedade de elaboração do Termo de Referência
- Quem deve elaborar e aprovar o termo de referência? Como a Lei 14.133/2021 disciplina o tema.
- A segregação de funções nas Licitações e Contratos Administrativos

Principais falhas na elaboração da Pesquisa de preços à luz do entendimento do TCU.

- Quais as finalidades da pesquisa de preços?
- Definições Orçamentárias e Financeiras
- Estimativas da Contratação estabelecidas pelo artigo 23 da Lei 14.133/2021
- Orçamento Sigiloso
- Quando e como fixar e divulgar valor estimado e preço máximo?
- A Nova lei de Licitações – Lei 14.133/2021 x pesquisa de preços
- Sistema de Registro de Preços x pesquisa de preços
- Pesquisa de preços X participação de ME, EPP
- Justificativas de Preço, Estimativas de Preço e Pesquisas de mercado,
- Instrução Normativa 65/2021 Min. Economia – parâmetros para pesquisa de preços no contexto da NLLC
- Fontes admissíveis e preferenciais para pesquisa de preços;
- Fontes idôneas para a pesquisa de preços. Qual o mínimo de fontes?
- Meios de pesquisa e documentação;

- Limites e parâmetros para utilizar preços de outros contratos, inclusive próprio, para embasar novas licitações;
- Pesquisa in loco, correspondência eletrônica, internet e por telefone: é possível?
- Quais as principais falhas na elaboração da pesquisa de preços segundo a jurisprudência do TCU?
- Posicionamento atual do TCU sobre a pesquisa de preço;
- É necessária a pesquisa de preços para os serviços continuados?
- Publicidade x pesquisa de preços
- Pesquisa de preços nas contratações diretas.



PALESTRANTE

Lúcio Frezza: Professor da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), professor da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), professor da Escola de Ead/PGR/MPF (Ministério Público Federal), professor/instrutor do MPT (Ministério Público do Trabalho), e professor colaborador em diversas Instituições (MCTI, BNB, CNPQ, MPDFT, etc) ministrando cursos na área de Convênios, Licitações e Contratos administrativos, e outros temas congêneres em cursos em EAD e presenciais.

Possui pós-graduação em Direito Público pela Universidade Metodista, pela Faculdade Processus e pela Escola da Magistratura do Distrito Federal.

Com experiência na área de Convênios, Licitações e Contratos Administrativos, atuou no Controle Interno do MMA, na Consultoria Jurídica do MPDFT, e na Assessoria Jurídica do Procurador-Geral do Trabalho.

Atualmente é servidor público, analista do Ministério Público da União/Apoio Jurídico/Direito com lotação na Procuradoria-Geral do Trabalho/MPT/MPU.

Participou dos Eventos Online e Ao Vivo: Semana de Capacitação em Excelência para a Aquisição Pública, 40hrs de Capacitação, realizado em agosto/2020, Seminário – Semana Nacional da contratação pública com foco na Nova Lei de Licitações e Contratos – Completo pela Licidata Cursos, 35hrs de Capacitação, realizado em agosto/2021, Semana Nacional de Capacitação em Excelência para a Aquisição Pública – Atualizado com a nova lei de licitações e contratos nº 14.133/21, 40hrs de Capacitação, realizado em novembro/2021, além de ministrar vários treinamentos pela empresa.



DATA E HORÁRIO

Treinamento realizado em 02 dias

Carga Horária Total: 16 horas de capacitação

Data:

12 e 13 de dezembro de 2024.

Horários:

Período da manhã das 08:00 às 12:00

Período da tarde das 13:30 as 17:30





INVESTIMENTO

R\$ 2.890,00 | POR INSCRIÇÃO.

(Dois mil oitocentos e noventa reais)



INCLUSO

- Apostila do curso exclusiva com conteúdo específico e Material de Apoio (Caneta, pasta e bloco de anotação)

- Coffee Break (no intervalo da manhã e à tarde)

Será disponibilizado um Grupo de WhatsApp por 20 dias, para que todos os participantes possam tirar suas dúvidas;

- Certificado digital válido por todo Brasil e disponível em nosso site por tempo indeterminado, com conteúdo programático e carga horária;

- Álcool em gel 70° durante todo o treinamento

- Acompanhamento de monitor em sala para melhor atender os participantes, durante todo o treinamento;



PAGAMENTO

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas.

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de:

INSTITUTO LICIDATA TREINAMENTOS LTDA

CPNJ: 48.941.653/0001-00



BRADESCO (237)

Agência: 5750-9

Conta: 477725-5



Banco do Brasil (001)

Agência: 0009-4

Conta: 489.843-5

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como: Boleto, Transferência bancária ou Depósito.